



1290001004



IE

TCC/UNICAMP V838i



O IMPACTO DO PLANO CRUZADO SOBRE O SISTEMA BANCÁRIO

Aluno: RODRIGO VIEIRA VIVIAN
RA: 850936

Orientador: Prof. NATERMES TEIXEIRA,

ÍNDICE

TÍTULO	PG
I - O Impacto Inicial e as Expectativas.....	03
II - A Adaptação	06
III- A Volta à Indexação - O Fim do Plano Cruzado	08
IV - Uma Análise do Desempenho dos Principais Bancos Comerciais Privados em 1986	10
a) Evolução das Captações e Aplicações	11
b) Evolução dos índices de Desempenho e Lucratividade.....	14
V - Considerações Finais	18
VI - Bibliografia.....	20

O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O SETOR BANCÁRIO

I - O Impacto Inicial e as Expectativas

Fevereiro de 1986, aceleração do processo inflacionário que ultrapassou a barreira dos 400% a.a., acabou por agravar o clima de incerteza na economia e se transformou num dos principais motivos que levaram o governo a elaborar e implementar um plano, com o intuito inicial de estabilizar os preços, e posteriormente implantar reformas econômicas de cunho mais profundo.

O Plano de Estabilização do governo procurava eliminar o processo generalizado de indexação da economia; a partir do congelamento da ORTN por doze meses, da proibição de contratos com prazo de validade de menos de um ano, somados à extinção da correção monetária, enquanto primeiras medidas neste sentido.

Após a decretação do Plano de Estabilização todas as atenções, em geral, se voltaram para o sistema financeiro, e para o sistema bancário em particular.

Este que já estava vivendo uma retração dos grandes investidores (na condição de aplicadores no setor financeiro), iniciada em meados de novembro do ano anterior; com a liquidação de três grupos financeiros; agravada pelo pacote fiscal em vigor a partir de janeiro, aumentando a carga tributária sobre os ganhos do setor financeiro; se viu perplexo com a reforma monetária que objetivava colocar fim na indexação, ao mesmo tempo que criava uma nova moeda com três zeros a menos - o CRUZADO - .

É notável que no período de vigência da correção monetária e de crescentes taxas de inflação, o sistema bancário se constituía num dos maiores beneficiários.

Este processo, no caso dos bancos comerciais representou uma série de distorções: multiplicação de agências e de funcionários; decoração nem sempre funcional mas frequentemente luxuosa, com o objetivo de atrair novos

clientes; oferecimento de um grande número de serviços gratuitos à clientela, como forma de atrair novos depositantes; entre tantas outras.

Todos estes gastos eram, em grande parte, permitidos pela elevadíssima lucratividade observada no sistema bancário durante a crise. Esta era resultante, em primeiro lugar, da grande expansão nos anos 80 das operações de mercado aberto, de alta liquidez e taxas nominais elevadas, que viabilizavam a aplicação lucrativa dos recursos de custo financeiro nulo (depósitos à vista e "float" de recursos e tributos em trânsito).

Em segundo lugar, a lucratividade elevada pode ser definida como derivada das aplicações em títulos da dívida pública, que cresceram rapidamente a partir de 1981, ofertando taxas reais atrativas

A alta lucratividade, sustentada pelos chamados recursos próprios ou com recursos captados junto a clientes, e portanto dependente em grande parte, da capacidade do banco aumentar a sua captação junto ao público, conduzia a um agigantamento estrutural de muitas instituições e a proliferação de agências por todo país.

Com a implementação de um processo de dexindexação da economia, esperava-se a redução drástica dos lucros provindos da aplicação em títulos públicos. E mais que isto, esperava-se que com o final da obtenção de lucros fáceis proporcionada pelo processo inflacionário, a competição no sistema passasse a ser ditada pela racionalização das operações, o que daria maiores chances de atuação aos pequenos bancos, iniciando assim uma tendência de desconcentração do sistema bancário.

O grande objetivo do Plano era, na verdade, a organização de um novo padrão de financiamento público e privado, tornando o sistema bancário capaz de financiar projetos de médio e longo prazo; e para tanto haveria necessidade de criar instrumentos que pudessem de alguma forma possibilitar a concretização desse objetivo.

Instrumentos como a remuneração de 10% dos depósitos compulsórios através da aquisição de títulos públicos e a liberação da cobrança de tarifas pelos serviços prestados pelos bancos, foram algumas das primeiras medidas tomadas com o intuito de facilitar a adaptação do sistema à nova situação.

Numa primeira fase do Plano se decide pela não elevação da taxa de juros, bem como a sua manutenção fora do

congelamento, uma vez que dentro do programa de estabilização, esta através de manipulações, teria a função de controlar os processos especulativos com ativos tangíveis.

O tabelamento dos juros, no entender do mercado financeiro tenderia a distorcer as operações com práticas marginais, tais como a cobrança de comissões por fora do contrato.

Nesta primeira fase também não se permitiria a queda dos juros devido ao receio de uma possível especulação com estoques, no entanto para uma fase seguinte era esperada uma redução nas taxas, fruto de uma inevitável monetização da economia.

Considerava-se importante a manutenção de uma situação de liquidez que mantivesse as taxas de juros em patamares mais reduzidos, na intenção de se diminuir o custo da rolagem da dívida pública, ao mesmo tempo que se poderia estimular os investimentos produtivos.

Prevvia-se também como uma das possíveis consequências do Plano o aumento dos depósitos à vista decorrente da redução drástica da inflação e da perspectiva de maior estabilidade nos preços, fatos que conduziriam a um aumento na preferência pela liquidez.

II - A Adaptação

Nos primeiros meses de vigência do Plano de Estabilização, extinta a correção monetária e quase zerada a taxa de inflação, defrontam-se os bancos com a necessidade imperiosa de uma adaptação às mudanças impostas pelo programa. Tendo perdido uma fonte privilegiada de recursos fixos bastante elevados, as organizações financeiras precisariam mais do que nunca de eficiência e criatividade para se adaptarem à nova situação.

A previsão de grandes prejuízos no setor financeiro faz com que o Banco Central adote uma série de medidas que visavam ajudar este setor na sua adaptação ao Plano de Estabilização. Entre as principais medidas estavam a permissão de cobrança de taxas de serviços, por parte dos bancos; autorização de mudanças no horário de atendimento ao público; e a redução na taxa de juros cobrada nos empréstimos de liquidez.

Estas medidas somadas às reduções no número de agências e funcionários, que foram efetuadas durante o ano de 1986, ajudaram o setor bancário a minorar os efeitos do Plano, no sentido de se diminuir despesas operacionais ao mesmo tempo que se procurava aumentar as receitas.

Em finais de junho já se havia registrado o fechamento de mais de quinhentas agências em todo o país, principalmente em cidades do interior.

Quanto ao número de demissões foi estimado em cerca de 15 a 25% do número de funcionários que estavam trabalhando antes do Plano Cruzado.

Este processo de fechamento de agências e redução de efetivo, não foi mais traumático devido ao intenso aquecimento da economia.

Segundo Simões Silva(1) a adaptação do sistema bancário se deu de diferentes formas segundo a seguinte classificação: Varejistas e Atacadistas. Os primeiros representados pelos grandes bancos nacionais, mais diversificados, com uma fonte de recursos relativamente

(1) Ver SIMOENS SILVA, L. A. (1986). A Reforma Financeira. SP, BCB/DESPA/REPEC, agosto.

equilibrada, com altas despesas administrativas, porém contando com alta rentabilidade. Já o segundo grupo representado principalmente pelos bancos de controle estrangeiro, com 70% das fontes de recursos representadas por depósitos à prazo e recursos externos.

O grupo dos varejistas diante o processo de dexindexação, teria compensado a queda nos rendimentos obtidos com valores mobiliários, com a redução nas despesas com depósitos e obrigações por empréstimos, simultâneo a um aumento da receita da cobrança na prestação de serviços. Nota-se que este grupo, por ser possuidor de maior rede de agências, foi também o que mais se beneficiou do processo de monetização da economia, com o aumento no volume de depósitos à vista.

Enquanto que o grupo de atacadistas, que não contava com grande número de agências, e também não se beneficiava, tanto quanto os primeiros, do processo inflacionário, não teriam passado por um período de adaptação tão radical, uma vez que não necessitaram de grande redução de pessoal, fato que no caso dos grandes bancos representou, de início um aumento das despesas administrativas pela demissão de funcionários.

Como conclusão, o autor coloca que os bancos com maior volume de depósitos à vista e recursos não remunerados em trânsito, resultante da cobrança de tarifas, em relação a recursos comprados no mercado, teriam maior potencial de perda diante às mudanças realizadas na economia.

A maior participação dos recursos livres que eram aplicados na correção monetária, não tiveram seu custo de captação reduzido, enquanto que o processo de dexindexação conduzia a uma redução nos rendimentos derivados destas aplicações.

Inicia-se assim um processo de substituição de aplicações financeiras de curtíssimo prazo, através da substituição dos títulos públicos de curto prazo, os quais lastreavam as operações no "Overnight", pela nova moeda e por depósitos à vista.

Os bancos iniciam um processo de alteração na composição de seus ativos, através da venda de posições em títulos públicos ou mesmo negociações de títulos privados em carteira através do redesconto e trocando-os por cruzado.

É notável o aumento dos Haveres Monetários verificado durante o período de vigência do Plano Cruzado, resultante em parte pela fuga dos depósitos em caderneta de poupança, e pela queda nos rendimentos dos títulos.

III - A Volta à Indexação - o Fim do Plano Cruzado

Numa tentativa de desaquecer a economia e reverter o processo de fuga de ativos financeiros para especulação com ativos reais ou mercado de risco, o governo passa a exercer um ajuste na taxa de juros de curtíssimo prazo a partir da segunda metade de 1986.

No entanto não se consegue atingir o objetivo, em grande parte devido ao contínuo aumento da demanda por crédito, acirrada pela grande procura para formação de estoques de produtos com preços defasados pelo prolongado congelamento.

Para os bancos que com o fim da correção monetária, passaram a contar quase que exclusivamente com as operações de crédito para melhorar sua rentabilidade, ajustes nos custos da captação se tornaram uma alternativa para a manutenção das margens de ganho.

Outra prática que se tornou comum foi a exigência de pagamento de 25 a 30% do principal dos recursos emprestados para que a renovação do contrato fosse feita com base apenas nos 70% restantes.

Com esta exigência de vários bancos, que procuravam garantir o quanto antes a entrada de dinheiro em caixa, os juros ficam ainda mais pressionados, pois as empresas, ao terem de liquidar 30% de um contrato em vencimento procuravam em outro banco uma linha de crédito que fosse suficiente para pagar parte do contrato anterior.

Com a contenção de crédito assistida no sistema bancário e a consequente escalada nas taxas de juros nominativas, se fez necessária a criação dos certificados de depósitos bancários com prazo mínimo de 90 dias e com remuneração composta de juros mais variação das LBC's.

A criação do novo título, apesar de não ser utilizado como indexador, que formalmente aparece como a variação do nível de preços, passa a embutir as expectativas inflacionárias do mercado financeiro e da economia em geral.

O Plano Cruzado II representaria a volta da indexação formal da economia, a variação das LBC's passaria a corrigir a OTN, as cadernetas de poupança e os antigos contratos de aluguéis, além de definir o rendimento real dos títulos financeiros para efeito de tributação.

Estava destinada ao fracasso a tentativa de reformulação do padrão de financiamento da economia. A volta da indexação representava o retorno a uma situação tal qual a do período anterior ao de vigência do Plano Cruzado.

TABELAS 4.1 E 4.2

VALORES REAIS E PERCENTUAIS - DEPOSITOS A VISTA

BANCOS	DEPOSITOS A VISTA				DEPOSITOS A VISTA			
	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86
BRADESCO	20192789	14766236	47338904	56980720	100.00	73.13	234.43	282.18
ITAU	12704803	8859452	28201109	30757667	100.00	69.73	221.97	242.09
CITIBANK	1236542	1139436	1386137	1307395	100.00	85.27	103.7	97.82
NACIONAL	7913860	4115906	13141338	14063220	100.00	52.01	166.05	177.70
UNIBANCO	3787877	2745233	7681262	9067118	100.00	72.90	202.68	239.30
REAL	4813561	3356208	10084101	9946622	100.00	69.72	209.49	206.64
ECONOMICO	2995055	2319454	4785518	6353313	100.00	77.44	159.78	212.13
BAMERINDUS	3963228	3018974	12626311	13297205	100.00	78.15	326.83	344.20
SAFRA	855642	793412	1197426	1741757	100.00	92.73	139.94	203.56
FRANCES E BRAS.	848394	727158	1272955	1782992	100.00	85.71	150.04	210.16
BCN	1453051	857642	2779461	3639662	100.00	59.02	191.28	250.48
MERCANTIL SP	1898234	1036920	3359288	3670499	100.00	55.13	178.61	195.15
SUDAMERIS	938326	627061	1583757	2155304	100.00	66.83	160.79	229.70
AMERICA DO SUL	1343082	829341	2765180	3784267	100.00	61.75	205.88	281.76
NOROESTE	1317220	2118483	1983771	2225130	100.00	160.83	150.60	168.93
TOTAL	66246264	47331816	140186513	160774881	100.00	71.45	211.61	242.69
B.C.PRIVADOS	70150064	49764000	156680630	179102830	100.00	70.94	223.35	255.31
B.C.TOTAL	102089470	75204000	215549570	244610320	100.00	73.66	211.14	239.60
B.BRASIL	17244533	14076000	51652703	58433495	100.00	81.63	299.53	338.85

FONTE: Revista Bancaria Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais)

IV - Uma Análise do desempenho dos Principais Bancos Comerciais Privados em 1986

A análise a seguir tem por base o levantamento de dados referentes aos balanços patrimoniais e respectivos demonstrativos de resultados dos 15 maiores bancos comerciais privados, referentes ao final de 1985, 1º bimestre, 1º e 2º semestres de 1986.

A escolha por uma amostra dos principais bancos comerciais privados para se realizar uma avaliação do sistema bancário, se pretende fazer suficiente uma vez que este segmento representa o setor mais importante do sistema financeiro, e como líderes dos conglomerados financeiros podem tornar os efeitos resultantes de alterações no sistema mais visíveis.

A amostra dos 15 maiores bancos comerciais privados, por representar mais de 2/3 do movimento no mercado privado tanto a nível de saldos de empréstimos quanto de depósitos, é bem significativo podendo ter seus resultados generalizados para o conjunto como um todo.

A decisão pelos bancos privados é devido principalmente ao fato destes apresentarem um tipo de estrutura administrativa-operacional diferente da apresentada pelos bancos públicos, além de diversidades em termos de aportes de recursos e sobretudo no tocante ao tratamento político-institucional exercido pelas Autoridades Monetárias.

Muitos bancos oficiais, durante o período analisado, estavam sob intervenção, fato que sem dúvida resultou em um ônus social dado o inexorável suporte financeiro por parte do Banco Central. Neste sentido é válido admitir que o segmento dos bancos privados é mais homogêneo e representativo do sistema como um todo.

Através dos dados fornecidos pelos balanços, tais como o volume de captações, empréstimos, dentre outros, é possível uma avaliação das mudanças no sistema bancário, frente às alterações impostas pelo Plano de Estabilização do governo.

Assim sendo, analisaremos a seguir o comportamento do grupo utilizando alguns indicadores de desempenho, procurando compará-los com o desempenho apresentado pelos diversos setores do sistema bancário comercial, sempre que oportuno.

É bom ressaltar que os valores calculados como "spread creditício" representam diferenciais entre as taxas de aplicação (receitas) e captações (despesas), praticadas pelo sistema bancário nas operações de crédito.

a) Evolução das Captações e das Aplicações

- Depósitos à vista:

Pelo que podemos verificar nos quadros 4.1 e 4.2, o sistema bancário em geral apresentou, durante o ano de 1986, taxas espetaculares de crescimento nos depósitos à vista, com exceção dos dois primeiros meses do ano.

O aumento da preferência pela liquidez resultante da drástica redução do processo inflacionário somado à dexindexação da economia, foi o principal responsável pelo expressivo aumento dos depósitos à vista, observado já ao final do primeiro semestre.

TABELAS 4.3 E 4.4

VALORES REAIS E PERCENTUAIS - DEPOSITOS A PRAZO

BANCOS	DEPOSITOS A PRAZO				DEPOSITOS A PRAZO			
	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86
SPADESCO	10072934	8694121	4730637	7133923	100.00	85.42	48.95	90.68
ITAU	10995274	8406394	6247127	15411917	100.00	76.45	56.82	140.17
CITIBANK	6209271	6795735	6440402	10501595	100.00	109.44	103.72	169.13
NACIONAL	5996982	4599266	4605613	7952738	100.00	76.69	76.80	132.61
UNIBANCO	7305709	5420263	6094282	13731789	100.00	74.19	83.42	187.96
REAL	6041217	5752610	3953744	12051670	100.00	95.22	65.45	199.49
ECONOMICO	3969766	2916582	3584836	6095729	100.00	73.47	90.30	153.55
BANERINDUS	2766359	2270705	2510331	4836643	100.00	82.37	90.74	174.84
SAFRA	8880354	8215416	11660465	15514544	100.00	92.51	131.31	174.71
FRANCES E BRAS.	3274581	4436884	6962994	13177258	100.00	111.63	175.19	331.54
BCN	961574	1077386	865973	3942752	100.00	112.04	90.06	410.03
MERCANTIL SP	3850757	3339160	3846282	7401882	100.00	86.71	99.88	192.22
SUDAMERIS	2476341	2406804	2814559	5171733	100.00	97.19	113.66	208.85
AMERICA DO SUL	1317370	1151691	851168	2496150	100.00	87.42	64.61	189.48
NOROESTE	2107430	1811901	1870970	4830537	100.00	85.98	88.78	229.21
TOTAL	76925919	67212948	67239353	132250980	100.00	87.37	87.41	171.92
B.C.PRIVADOS	90298699	87483000	91792340	170431240	100.00	96.88	101.65	188.74
B.C.TOTAL	116844370	112328000	116368440	204577420	100.00	96.13	99.59	175.09
B.BRASIL	21644971	27746000	21969878	24173017	100.00	128.19	101.50	111.68

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais)

Este movimento já era esperado quando da implantação do Plano Cruzado, uma vez que através da adoção das medidas impostas pelo governo, os agentes financeiros foram levados a trocar seus ativos não monetários por ativos monetários.

A queda na taxa de crescimento nos depósitos à vista verificada durante o segundo semestre, por sua vez pode ser considerado como fruto, em primeira instância, da redução do processo de remonetização da economia verificado no mesmo período.

- Depósitos a prazo:

O que se pode derivar da análise dos quadros 4.3 e 4.4, é que os bancos se comportam de maneira distinta no que se refere à evolução dos depósitos a prazo, dependendo da sua classificação entre varejista ou atacadista.

Os grandes bancos varejistas (Bradesco e Itaú principalmente) sofreram uma grande redução no volume de depósitos a prazo, fundamentalmente no decorrer do primeiro semestre, para em seguida iniciar um processo de recuperação, apresentando taxas crescentes durante o segundo semestre.

Por sua vez, os bancos atacadistas, fundamentalmente os bancos estrangeiros (mais dependentes deste tipo de depósito), apresentaram taxas crescentes no decorrer de todo ano, mas principalmente durante o segundo semestre com a desaceleração do processo de remonetização da economia.

O que se coloca é a relação direta existente entre a preferência por depósitos remunerados, e as taxas de inflação e juros. Desta maneira, pode-se explicar o movimento apresentado pelo grupo analisado com relação aos depósitos a prazo, pela redução das taxas de inflação e de juros durante o primeiro semestre; e pela incerteza no mercado financeiro com relação às expectativas de altas inflacionárias decorrentes do possível descongelamento, a qual conduz ao aumento nos juros nominais dos CDB's de 60 dias, verificado no segundo semestre de 1986.

- Operações de crédito:

Pelo que se pode notar pelos dados apresentados nas tabelas 4.5 e 4.6, todo o sistema bancário apresentou taxas crescentes nas operações de crédito, com exceção aos dois primeiros meses anteriores ao Plano Cruzado. Fruto de uma política expansionista, esta evolução do crédito acaba, principalmente por se traduzir num dos elementos que mais contribuíram para o aquecimento da atividade econômica no período.

Durante a vigência das medidas do Plano Cruzado os bancos foram levados a realizar ajustes nos seus ativos, no sentido de incrementar as operações de crédito, uma vez que as carteiras de títulos agora já não se apresentavam tão lucrativas quanto antes da implementação do Plano de Estabilização.

É importante ressaltar que o crédito foi destinado, na sua maior parte às pequenas e médias empresas, que diante da explosão do consumo interno, verificado no período, procuraram ampliar a produção, revelando-se assim como uma demanda que pressupunha altos riscos. Esta demanda se dirigiu, principalmente para os bancos varejistas, os quais haviam sido também os mais atingidos pelo processo de remonetização da economia.

TABELAS 4.5 E 4.6

VALORES EM REAIS E PORCENTUAIS - EMPRÉSTIMOS

BANCOS	EMPRÉSTIMOS				B.C. PRIVADOS	EMPRÉSTIMOS				B.C. TOTAL
	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86		1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86	
BRASESCO	24445427	22786214	30544350	51113725	100.00	93.19	124.95	209.09		
ITAU	17119229	17922839	19212773	26871376	100.00	104.69	112.23	156.97		
CITIBANK	21587929	20837977	21114244	19624689	100.00	96.53	97.81	90.91		
NACIONAL	11994730	9006320	13013952	14189239	100.00	75.09	101.50	118.30		
UNIBANCO	12099582	10717983	13219200	22179710	100.00	88.58	109.25	183.31		
REAL	11222196	10603271	12578679	18976393	100.00	94.48	112.09	167.10		
ECONOMICO	8147140	6841383	7120915	8378636	100.00	83.97	87.40	102.84		
BAHIAFIN	6675103	5805963	6849731	10797184	100.00	86.98	102.62	161.75		
SAFPA	9809127	10802797	13790573	14870396	100.00	110.13	140.59	151.60		
FRANCO E BRAS.	6449994	6307418	10507885	15186997	100.00	105.54	162.91	235.46		
BCN	4714653	4074957	5696486	9232097	100.00	86.43	120.83	195.82		
MERCANTIL SP	3951798	3759454	5109965	9313160	100.00	95.13	129.31	235.67		
SUDAMERIS	4037764	3911878	4901187	7170677	100.00	96.88	121.46	177.59		
AMERICA DO SUL	3599096	3380762	4143010	5939147	100.00	93.93	115.11	165.02		
NOROESTE	2501392	2147703	2843719	5006633	100.00	85.86	113.69	200.15		
TOTAL	148355160	139400919	170649669	238850059	100.00	93.96	115.03	161.00		
B.C. PRIVADOS	220134340	203307000	252478550	337399030	100.00	92.36	114.69	154.18		
B.C. TOTAL	308678090	359772000	418360250	527427610	100.00	92.52	107.58	136.14		
B. BRASIL	93015578	84012000	142144420	169177350	100.00	90.32	152.82	181.88		

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais)

No entanto o que se quer deixar claro é a escolha entre as alternativas de concessão de créditos de altos riscos e a aplicação, já não tão rentável, em títulos da dívida pública.

b) Evolução dos Indicadores de Desempenho e Lucratividade

- Créditos em liquidação / Empréstimos:

A relação entre créditos em liquidação e empréstimos (tabela 4.7) apresenta, de maneira geral em todo o grupo, um movimento decrescente, não apenas devido ao crescimento dos empréstimos, mas também devido a redução nos créditos em liquidação, verificado principalmente nos grandes bancos nacionais; contribuindo para isto o fim da correção monetária, a aplicação da tablita e a conjuntura das baixas taxas reais e nominais de juros, durante o primeiro semestre, fatores que aliviam a situação dos agentes devedores.

TABELAS 4.7 a e b

INDICADORES DE DESEMPENHO - CREDITOS EM LIQ/EMPRESTIMOS

BANCOS	1985	CREDITOS EM LIQUIDACAO			1985	CREDITOS ENLIQ./EMPRESTIMOS		
		MAR/84	JUN/85	DEZ/85		MAR/86	JUN/86	DEZ/86
BRASESCO	100.00	116.27	86.91	79.76	0.006	0.009	0.005	0.003
ITAU	100.00	93.45	60.11	49.44	0.016	0.016	0.009	0.006
CITIBANK	100.00	78.95	61.64	354.09	0.003	0.002	0.003	0.012
NACIONAL	100.00	154.13	70.88	48.76	0.002	0.005	0.002	0.001
UNIBANCO	100.00	99.40	180.94	161.69	0.004	0.005	0.007	0.004
REAL	100.00	110.11	121.59	107.82	0.000	0.000	0.000	0.000
ECONOMICO	100.00	17.41	39.15	16.15	0.004	0.001	0.001	0.000
BAMERINDUS	100.00	160.08	28.56	40.25	0.005	0.010	0.002	0.001
SAFRA	100.00	91.97	51.36	154.99	0.004	0.004	0.002	0.005
FRANCES E B	100.00	67.60	15.79	9.52	0.007	0.008	0.001	0.000
BCN	100.00	147.08	21.25	60.56	0.001	0.002	0.000	0.000
MERCANTIL S	100.00	983.66	869.65	1916.34	0.000	0.001	0.000	0.001
SUDAMERIS	100.00	82.31	8.08	6.32	0.007	0.007	0.001	0.000
AMERICA DO	100.00	232.86	108.41	55.74	0.000	0.001	0.000	0.000
NOROESTE	100.00	225.57	315.34	794.83	0.001	0.002	0.002	0.003
TOTAL	100.00	98.36	66.91	87.07	0.005	0.006	0.003	0.003

FONTE: Balancos e Demonstrativos de Resultados das Instituições

Porém já no segundo semestre, com a grande expansão do crédito, se apresenta uma tendência crescente também dos créditos em liquidação, com a subida das taxas de juros e expectativas inflacionárias, mas mesmo assim este movimento apresenta taxas inferiores às apresentadas pelo crescimento nos empréstimos.

- Despesas administrativas / Despesas Operacionais

Esta relação (tabela 4.8) apresenta taxas ascendentes para todo o grupo de maneira geral. A despeito da queda verificada nas despesas operacionais durante o ano de 1986, uma vez que a previsão de uma acentuada perda de rentabilidade frente à nova situação levou o sistema a um processo de redução drástica de custos operacionais, o grupo apresentou taxas crescentes no que diz respeito às despesas administrativas.

No entanto não se pode verificar este processo de redução de despesas operacionais através da análise do comportamento das despesas administrativas, devido ao fato de que apesar do alto número de demissões ocorridas no decorrer do ano, os bancos passaram a incorrer em vultuosos custos decorrentes do pagamento de indenizações trabalhistas, o que pode ter colaborado, em muito, para a manutenção do patamar elevado desta conta.

VARIAÇÃO REAL - DESP. OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

BANCOS	DESPESAS OPERACIONAIS				DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86	1985	MAR/86	JUN/86	DEZ/86
BRADESCO	100.00	26.04	55.08	97.44	100.00	21.55	77.19	148.44
ITAU	100.00	31.87	48.34	82.62	100.00	32.67	81.98	155.91
CITIBANK	100.00	41.56	50.51	62.73	100.00	18.68	70.90	135.35
NACIONAL	100.00	26.41	49.24	72.39	100.00	21.16	75.99	136.97
UNIBANCO	100.00	26.22	42.51	78.21	100.00	22.35	75.57	139.45
REAL	100.00	31.27	50.83	81.38	100.00	24.10	77.64	138.59
ECONOMICO	100.00	23.16	38.04	60.10	100.00	23.61	77.63	139.60
BAHIAINDUS	100.00	23.68	46.28	82.13	100.00	21.00	70.78	138.35
SAFRA	100.00	38.87	58.89	95.25	100.00	21.88	81.49	164.99
FRANCOIS E	100.00	27.72	42.30	76.05	100.00	22.95	79.33	160.00
BCN	100.00	32.67	50.45	78.63	100.00	22.00	73.69	133.49
MERCANTIL S	100.00	28.11	40.06	67.11	100.00	24.08	72.98	128.96
SUDAMERIS	100.00	24.91	36.28	58.58	100.00	22.84	75.22	147.37
AMERICA DO	100.00	27.09	42.68	66.82	100.00	25.34	80.76	157.67
NOROESTE	100.00	28.39	46.08	93.14	100.00	27.26	81.80	142.21
TOTAL	100.00	30.43	47.94	77.25	100.00	24.28	77.24	145.15

FONTE: Revista Bancária Brasileira

- Lucro operacional / Patrimônio líquido

Esta relação (tabela 4.9) apresentou grandes variações durante o ano de atuação do Plano de Estabilização. Já no final do primeiro semestre, devido principalmente ao efeito negativo das medidas econômicas sobre os lucros operacionais das instituições analisadas, a relação apresentou índices bem mais abaixo dos apresentados no final de 1985, no entanto em função da recuperação do crédito e elevação das taxas de juros, verificados no segundo semestre, o grupo consegue de uma maneira geral, se restabelecer e voltar aos patamares do último ano, contrariando todas as expectativas de dificuldades de adaptação dos bancos às mudanças impostas pelo Plano Cruzado.

TABELAS 4.8c e 4.9

INDICADORES DE DESEMPENHO - DESP. ADM./DESP. OPER. - LUCRO OPER./PATRIM. LIQ.

BANCOS	DESP. ADM./DESP. OPER.				LUCRO OPER./PATRIM. LIQ.			
BRADESCO	0.377	0.312	0.529	0.575	0.396	0.101	0.147	0.278
ITAU	0.283	0.290	0.480	0.534	0.323	0.134	0.133	0.233
CITIBANK	0.042	0.019	0.059	0.090	0.315	0.102	0.041	0.072
NACIONAL	0.207	0.166	0.319	0.392	0.090	0.050	-0.333	-0.190
UNIBANCO	0.189	0.161	0.335	0.336	0.144	0.141	0.118	0.227
REAL	0.207	0.159	0.315	0.352	0.361	0.141	0.169	0.338
ECONOMICO	0.138	0.141	0.283	0.322	0.119	0.010	0.003	0.041
BAHIAINDUS	0.303	0.269	0.463	0.510	0.150	0.043	0.016	0.063
SAFRA	0.071	0.040	0.098	0.123	0.457	0.183	0.291	0.494
FRANCOIS E B	0.068	0.056	0.128	0.143	0.373	0.191	0.145	0.348
BCN	0.111	0.075	0.162	0.188	0.142	0.068	0.015	0.129
MERCANTIL S	0.157	0.134	0.286	0.301	0.053	0.006	0.015	0.055
SUDAMERIS	0.080	0.074	0.167	0.202	0.170	0.088	0.062	0.154
AMERICA DO	0.144	0.135	0.273	0.341	0.402	0.199	0.137	0.346
NOROESTE	0.183	0.175	0.324	0.279	0.145	0.150	0.050	0.132
TOTAL	0.183	0.146	0.295	0.344	0.283	0.104	0.098	0.217

FONTE: Revista Bancária Brasileira

- "Spread Creditício" / Empréstimos

Esta relação (tabela 4.10) apresenta, por sua vez, taxas crescentes comprovando desta maneira a suposição de que a procedência do lucro bancário se fez mais dependente das operações creditícias, no decorrer do ano de 1986.

TABELA 4.10

INDICADOR DE DESEMPENHO - SPREAD CREDITÍCIO/EMPRÉSTIMOS

BANCOS	SPREAD CREDITÍCIO				SPREAD/EMPRÉSTIMOS			
	1985	MAR/85	JUN/86	DEZ/86				
BRADESCO	100.00	32.93	55.16	127.52	0.246	0.067	0.108	0.150
ITAU	100.00	65.44	79.75	199.63	0.394	0.059	0.067	0.119
CITIBANK	100.00	30.74	16.77	3.67	-0.088	-0.023	-0.015	-0.004
NACIONAL	100.00	9.10	-123.39	-367.74	-0.031	-0.004	0.035	0.075
UNIBANCO	100.00	1121.86	3139.85	10264.84	0.002	0.024	0.054	0.106
REAL	100.00	-29.36	-183.82	-554.67	-0.035	0.011	0.057	0.115
ECONOMICO	100.00	-11.27	-122.43	15.13	-0.016	0.002	0.022	-0.001
BAMERINDUS	100.00	122.50	407.37	820.55	0.022	0.030	0.085	0.109
SAFRA	100.00	-302.60	219.34	1657.95	0.007	-0.020	0.011	0.079
FRANCES E B	100.00	13.48	-1.92	-44.68	-0.175	-0.022	0.002	0.033
BCN	100.00	22.34	43.33	122.19	0.266	0.069	0.095	0.164
MERCANTIL SA	100.00	25.86	21.49	6.25	-0.558	-0.152	-0.093	-0.015
SUDAMERIS	100.00	-135.37	-455.22	-1162.18	-0.008	0.012	0.031	0.055
AMERICA DO	100.00	61.66	110.06	275.66	0.079	0.052	0.076	0.132
NOROESTE	100.00	46.18	-42.50	-209.26	-0.048	-0.026	0.018	0.050
TOTAL	100.00	80.01	248.11	722.07	0.024	0.018	0.045	0.094

FONTE: Revista Bancária Brasileira

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida sobre o desempenho do setor bancário no período de vigência do Plano de Estabilização, pode-se ter uma idéia das transformações sofridas pelo sistema, no que diz respeito principalmente, à sua estrutura ativa/passiva. Alterações estas, impulsionadas por uma política expansionista de recuperação da liquidez via dexindexação da economia e redução das taxas de juros.

Importante perceber o fato de que durante o período estudado, as fontes de renda do setor tenderam a se equilibrar, isto é, os ganhos obtidos com as operações de crédito assumem um caráter mais importante diante dos lucros derivados das aplicações em títulos da dívida pública e nas operações de mercado aberto.

O problema que se levanta está centrado principalmente, na pouca durabilidade dos efeitos causados pelo impacto do Plano de Estabilização no sistema bancário, fundamentalmente no que diz respeito às alterações acima mencionadas. O grande avanço das operações de crédito durante o ano de 1986, foi na maioria das vezes destinado ao fornecimento de crédito de curto prazo, fato que aponta uma falha do plano em conduzir o sistema a operar com prazos mais dilatados para captações e aplicações, numa situação onde o sistema bancário realmente passasse a atuar mais decisivamente dentro de seu papel de intermediário financeiro.

No entanto no início de 1987, o governo volta a ter de frente, problemas tais como a necessidade de refinanciamento do seu estoque de dívida em função do retorno da economia ao processo de escalada de preços, forçando as autoridades a implantar medidas com o intuito de reduzir o ritmo de crescimento da economia.

O país passa assim a apresentar características de grande instabilidade e incertezas na economia conjugadas com uma forte aceleração inflacionária, situação muito próxima da verificada antes do Plano Cruzado.

Diante esta situação, era natural a volta também do sistema bancário às práticas comuns realizadas no período anterior ao Plano.

É notável verificar portanto, após todas estas alterações na política econômica do país, a facilidade de adaptação do sistema bancário, que se por um lado, contou com o amparo das autoridades monetárias num primeiro momento, por outro contrariou todas as perspectivas de grandes prejuízos, apresentando de uma maneira geral, saldos positivos nos seus balanços, revelando-se capaz de assumir distintas características dependendo da situação econômica, sem, no entanto, incorrer em grandes perdas.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANÇO FINANCEIRO - RANKING - (1986)

CARNEIRO, R. (1987). A Trajetória do Plano Cruzado, in A POLÍTICA ECONÔMICA DO CRUZADO - Ed. Unicamp.

COSTA, F. N. (1987). Dois Passos Adiante, Um Passo Atrás: O Sistema Financeiro no Ano do Cruzado, in A POLÍTICA ECONÔMICA DO CRUZADO - Ed. Unicamp.

ESTADO DE SÃO PAULO, O - diversos artigos.

FOLHA DE SÃO PAULO - diversos artigos.

GAZETA MERCANTIL - diversos artigos.

HAYASHI, L. (1986). Carta de Conjuntura. SP, BCB/DESPA/REPEC número 2, julho.

MEIRELLES, A. C. (1/11/86 e 3/11/86). O Futuro dos Bancos Comerciais. Folha de São Paulo.

RANGEL, I. (1987). Economia Brasileira Contemporânea - Ed. Biental.

SIMOENS SILVA, L.A. (1986). A Reforma Financeira. SP, BCB/DESPA/REPEC, agosto.

SISTEMA BANCÁRIO PÚBLICO E PRIVADO - Mudanças na Estrutura de Recursos e Tendências de Custo e Lucro - 1985/87 - (1988) - IESP/FUNDAP - São Paulo.

TEIXEIRA, N. G. (1988). Tendências Estruturais do Sistema Financeiro. IESP/FUNDAP - São Paulo.
